**Grupo de Trabalho:** Backlash de Direitos Humanos, Efetividade e Implementação

**O CONSERVADORISMO E O CRESCIMENTO DO BACKLASH FRENTE AOS DIREITOS FEMININOS**

**Palavras-chave:** direito das mulheres, patriarcalismo, repressão.

*Luísa Bernardo de Oliveira¹*

*Ana Luisa Arouck Pérola Leitão²*

**RESUMO**

Por intermédio de uma pesquisa hipotética e dedutiva, com o levantamento bibliográfico, como a Carta Magna nacional e diversos artigos, será analisada a problemática advinda dos discursos patriarcais e conservadores de lideranças nacionais acerca da criação de contrapontos, a exemplo de questões como o aborto e movimentos pró-vida. Nesse viés, com essa pesquisa, busca-se entender o efeito *Backlash* e as problemáticas avindas dessa questão para os direitos femininos.

Nesse sentido, desde o início dos anos 2000, na América do Sul, observa-se uma forte repressão aos movimentos sociais, de forma conservadora, com a ascensão de movimentos anti-esquerda. Não obstante, no Brasil, com a insatisfação de certos setores sociais frente ao governo da então presidenta Dilma Rousseff, houve a ocorrência de intensos protestos frente suas decisões governamentais, corroborando, assim, para o seu *impeachment.* Como uma forma de atacar a antiga presidenta, diversos grupos, que se autodenominavam “sem partido”, utilizaram de discursos sexistas para expressar seu descontentamento com os projetos governamentais, deslegitimando o papel da mulher na sociedade apenas por não concordarem com as escolhas tomadas por seu governo. Desse modo, torna-se mister a análise desse conservadorismo que busca reduzir as garantias constitucionais femininas por intermédio da instauração do *Backlash.*

Antes de analisar o conservadorismo nacional e seus potenciais prejuízos aos direitos femininos, é fundamental observar o surgimento do ativismo social e do Backlash. Partindo desse pressuposto, em 1803, nos Estados Unidos, a Suprema Corte norte-americana notou um conflito entre a o descrito na legislação e a constituição, no caso *Marbury vs Madison,* analisando os fatos, entenderam que a lei infraconstitucional deveria atuar consoante o descrito na Carta Magna, instigando assim o desenvolvimento acerca do ativismo judicial e acerca do *Backlash*. Com o passar das décadas e a ascensão do neoconstituicionalismo, o poder judiciário começou a ter uma atuação além da sua atribuição inicial, sobrepondo-se aos demais poderes, não se delimitando ao proposto constitucionais.

Ainda seguindo a questão discutida anteriormente, Aristóteles em “Política”, discorreu acerca da importância da separação administrativa; Locke, influenciado diretamente por Aristóteles, defendia a ideia do exercício do exercício do poder legislativo, executivo e federativo. Montesquieu, por sua vez, em sua obra “Espírito das Leis” defendeu não apenas a separação dos poderes, mas sim a cooperação entre o legislativo, executivo e o judiciário, por intermédio do sistema de pesos e contrapesos em que cada poder teria sua função típica e atípica. Com isso, objetivando a eficácia e a integridade dos direitos sociais, o judiciário começou a atuar de forma mais incisiva, enquanto o legislativo perde sua legitimidade, já que a interpretação judiciária interfere diretamente da criação do direito por intermédio da sua análise. Desse modo, o efeito *Backlash* surge quando as decisões judiciais ativistas, advindas da falta de prestação do papel de algum dos poderes, dividem as opiniões sociais, exercendo forte influência na escolha de representação política.

No que tange ao governo nacional, com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, seu antigo vice, Michel Temer, assume o poder. Seu governo foi marcado por uma forte representação masculina, com decisões e comentários de cunho conservador e machista, a exemplo da famosa declaração acerca da mulher ideal “Bela, recatada e do lar”. Ao decorrer dos anos, esse discurso foi se tornando cada vez mais comum e corriqueiro não só no Brasil, mas sim em todo o globo, ganhando mais força, sendo visível principalmente pela desmoralização e o enfraquecimento de movimentos sociais, como grupos feministas e LGBTQIA+.

Discorridos tais pontos, compreende-se que, na contemporaneidade, apesar de diversos avanços sociais e conquistas femininas, a onda conservadora antifeminista foi se desenvolvendo cada vez mais, até chegar ao governo atual de Jair Bolsonaro, em que com o discurso anti-esquerda e “sem partido”, muitos brasileiros, com o objetivo de “valorizar” a pátria, a família e os valores cristãos, proferem discursos regressistas contra a liberdade de grupos reprimidos historicamente.

Consoante a essa realidade, o então Presidente Bolsonaro, em sua candidatura, urge como o “salvador”, com grande apoio da direita e da extrema-direita que visam instaurar seus valores morais e clericais conservadores, manifestando-se consoante a objetificação feminina. contra o aborto e ideologia de gênero. Seu discurso tipicamente patriarcal, colabora para a manutenção da violência de gênero, em que mesmo com a mudança do papel feminino pós-moderno, certos pensamentos que restringem a atuação e o protagonismo das mulheres perpetuam-se, ocasionando certo retrocesso nas conquistas das mulheres, tentando torná-las coadjuvantes no progresso social nacional.

Ainda acerca do discurso bolsonarista, é de conhecimento coletivo que o presidente, como representante da nação, tem papel fundamental na formação do discurso nacional, podendo influenciar de forma positiva ou negativa e também na escolha de seus auxiliares, colaborando para a manutenção de seus ideais nas políticas públicas vigentes na sua nação, podendo facilitar ou dificultar a aprovação de políticas públicas que poderiam beneficiar certos grupos. Partindo desse pressuposto, o representante do governo brasileiro, Jair Bolsonaro, em seus discursos, deixa claro sua posição antifeminista com forte característica do *Backlash*, uma vez que busca sempre descredibilizar o movimento feminista, suas conquistas e sua importância na busca da equidade social, por intermédio de mentiras e disseminação de estereótipos, buscando, também, justificar fatos como o estupro, trocando os papéis, julgando os trajes das vítimas ao invés da atitude do criminoso. Dentre as diversas formas de *Backlash,* inversão de causas, estereotipo do feminismo, redução do movimento feminismo a modismos, falácias que buscam combater a liberdade feminina, incitação do turismo sexual devido a defesa da liberdade sexual pelo movimento feminista e o principal: criação de contrapontos, aborto e pró-vida, liberdade feminina e pró-família.

Discutidas tais questões, é de compreensão coletiva que o *Backlash*, no Brasil, acentuou-se em um contexto de revolta de uma grande parcela social que, por grande insatisfação com o antigo governo instaurado, recorreu para formas de repressão de possíveis governantes da direita e da extrema direita, fazendo ascender políticos que se preocupam mais em combater outros ideais ao invés de promulgar políticas públicas de melhoria da coletividade. Posto isso, certos governos contemporâneos, utilizam de recursos do *Backlash* para propagar seus valores morais, negligenciando o fato de que o Brasil é uma nação plural, em que se deve respeitar e valorizar a diversidade social existente, dando voz aos silenciados e assistência aos oprimidos.

**REFERÊNCIAS:**

ROSÁRIO, Danilo Santos et al. **O reconhecimento jurídico da união homoafetiva á luz do ativismo judicial: analise do julgamento da ADPF 132 e ADI 4277.** 2019.

DE AGUIAR, Bruna Soares; PEREIRA, Matheus Ribeiro. **O antifeminismo como backlash nos discursos do governo Bolsonaro.** Agenda Política, v. 7, n. 3, p. 8-35, 2019.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional**. 9ª ed. São Paulo: Método, 2014.

BARROSO, Luís Roberto. **Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito.** Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, n. 240, abr./jun. 2005.

MELO, Flávia. Não é fumaça, é fogo! **Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil.** Revista Estudos Feministas, v. 28, 2020.